

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO ECOLÓGICO: equilibrando a conservação e o uso público

Yanne Machado Dias¹

Renata Bernardes Faria Campos²

Hernani Ciro Santana³

Biodiversidade e conservação

Resumo

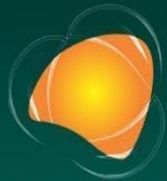
Este estudo investiga a viabilidade do turismo ecológico em unidades de conservação, com foco nas unidades de categoria parque, que pertencem ao grupo de proteção integral. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa revisa a literatura para destacar a relevância dessas áreas no contexto do ecoturismo e da conservação ambiental. Embora o turismo ecológico seja promovido como uma ferramenta de sensibilização ambiental e geração de renda para comunidades locais, sua implementação em unidades de conservação enfrenta desafios como a falta de recursos financeiros, ausência de Planos de Manejo e impactos negativos da visitação inadequada. Os resultados mostram que o ecoturismo pode contribuir para a manutenção da biodiversidade, desde que bem gerido e alinhado a políticas públicas eficazes. Ferramentas como o Plano de Manejo, zoneamento ambiental e estudos de capacidade de carga são essenciais para equilibrar o turismo com a conservação. No entanto, muitas unidades de conservação no Brasil ainda não possuem essas ferramentas, o que compromete a viabilidade do uso público, em especial as atividades de recreação. Além disso, a educação ambiental é destacada como um componente crucial para reduzir os impactos do turismo e engajar tanto as comunidades locais quanto os visitantes na proteção ambiental. O estudo conclui que a viabilidade do ecoturismo depende de uma gestão integrada, envolvendo governos, sociedade civil e iniciativa privada, para que essa prática possa contribuir de maneira efetiva para a preservação dos ecossistemas das áreas protegidas e o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Gestão integrada do território; Ecoturismo; Educação ambiental; Biodiversidade.

¹Mestranda em Gestão Integrada do Território da UNIVALE - Bolsista de mestrado da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e-mail: Yanne.dias@univale.com.

²Doutora em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa - Professora do Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE, e-mail: Renata.campos@univale.br.

³Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - Professor do Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE, e-mail: hernani.santana@univale.br.

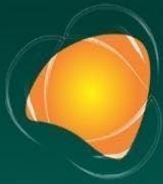


INTRODUÇÃO

A criação do primeiro parque nacional no mundo ocorreu em 1872, nos Estados Unidos, com o estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone. O principal objetivo dessa iniciativa era proteger partes da natureza em seu estado supostamente primitivo, através da criação de áreas isoladas, onde a presença humana seria restrita. Esse modelo inspirou políticas ambientais em diversos países, inclusive no Brasil (Diegues, 2002). Pouco tempo depois, em 1876, o engenheiro e intelectual brasileiro André Rebouças propôs a criação de parques em Sete Quedas e na Ilha do Bananal, com o foco no desenvolvimento do turismo, uma atividade econômica ainda emergente na época (Franco, Schittini, Braz, 2015).

No Brasil, a preocupação com a preservação ambiental nos séculos XVIII e XIX tinha um caráter mais pragmático e utilitário, voltado para o desenvolvimento econômico e a gestão dos recursos naturais. Diferentemente do movimento ecológico norte-americano, influenciado pelo romantismo, no país, a questão ambiental estava ligada ao uso econômico racional do território, marcado pelo latifúndio e pela monocultura de exportação (cana-de-açúcar, algodão, café), além do extrativismo (Dean, 1996; Franco, Schittini, Braz, 2015). Os intelectuais da época, influenciados pelo Iluminismo, já percebiam que o uso indiscriminado dos recursos naturais poderia gerar conflitos socioeconômicos e danos ambientais. Entretanto, os avanços em políticas de conservação foram limitados, focando principalmente na proteção florestal e na manutenção de mananciais para as áreas urbanas (Pádua, 2002 apud Franco, Schittini, Braz, 2015).

A relação entre o território e os sistemas normativos é fundamental para entender como os espaços geográficos são organizados e geridos. O conceito de território está intrinsecamente ligado ao estabelecimento de normas jurídicas que delimitam fronteiras e regulam seu uso, atendendo às necessidades sociais, econômicas e culturais, conforme o poder político vigente (Antas Júnior, 2005).



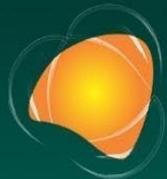
EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

No Brasil, a Lei nº 9.985 de 2000, conhecida como Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabeleceu critérios para a criação e gestão das Unidades de Conservação (UC). As UC foram classificadas em duas categorias: as de uso sustentável, que permitem o uso controlado dos recursos naturais, e as de proteção integral, que visam preservar a natureza com o mínimo de interferência humana (Brasil, 2000). Um dos principais objetivos dessa lei é compatibilizar a proteção da biodiversidade com o uso recreativo e educativo dessas áreas, permitindo até mesmo a exploração econômica, desde que sem impactos ambientais significativos (Vallejo, 2013).

Os parques têm como finalidade básica a preservação dos ecossistemas e a promoção de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Estes espaços são classificados como UC de proteção integral e, portanto, visam a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. Para isso, o SNUC prevê a desapropriação de terras particulares dentro de seus limites e o reassentamento dos moradores (Brasil, 2000). O turismo ecológico em parques é uma prática cada vez mais popular, impulsionada pela crescente demanda por atividades ligadas ao ecoturismo (Nogueira et al., 2020).

O uso público dessas áreas, especialmente através da visita que inclui o turismo ecológico, é visto como uma ferramenta importante para promover a educação ambiental e a valorização da natureza. Além disso, é considerado uma estratégia para engajar a sociedade e fomentar o desenvolvimento econômico local. O termo "uso público" refere-se ao acesso controlado a essas áreas, proporcionando às pessoas a oportunidade de conhecer e valorizar os recursos naturais e culturais ali protegidos (Nogueira et al., 2020).

Embora as políticas públicas frequentemente defendam o turismo como uma forma de promover a conservação, gerar empregos e financiar a manutenção das unidades de conservação, vários estudos alertam para os impactos negativos que essa atividade pode ter sobre os ecossistemas e as comunidades locais (Irving, 2018; Banducci Jr., Barreto, 2001). Assim, o desenvolvimento do turismo ecológico em parques representa um desafio



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

complexo, que envolve equilibrar a preservação da biodiversidade com as necessidades humanas, tanto coletivas quanto privadas (Irving, 2018; Rodrigues, Godoy, 2013).

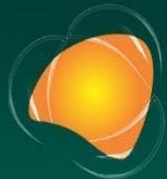
O desenvolvimento do turismo ecológico em unidades de conservação, especialmente na categoria de parques, levanta importantes questões sobre como conciliar a proteção ambiental com as atividades humanas. Esse equilíbrio é crucial, pois o turismo, ao mesmo tempo que pode gerar benefícios como a conscientização ambiental e o desenvolvimento econômico, também pode causar impactos negativos, como a degradação dos ecossistemas e a pressão sobre os recursos naturais. Por isso, é fundamental que o planejamento e a gestão dessas áreas sejam conduzidos de forma responsável, garantindo que o turismo não comprometa os objetivos de preservação.

Diante dessa dualidade, este artigo busca, por meio de uma revisão bibliográfica e documental, discutir os principais fatores que influenciam a viabilidade do turismo ecológico em parques no Brasil. Serão analisados os desafios e as oportunidades relacionados à preservação da biodiversidade, a importância de políticas públicas eficazes e as boas práticas de manejo turístico que minimizam os impactos ambientais. Dessa forma, pretende-se oferecer uma contribuição para o debate sobre como tornar o turismo ecológico uma ferramenta efetiva para a conservação da natureza e o desenvolvimento local.

METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e caráter bibliográfico e documental. O objetivo principal não é revisar exhaustivamente toda a literatura disponível sobre o tema, mas sim destacar a importância das unidades de conservação no contexto do turismo ecológico.

Para atingir esse objetivo, a investigação bibliográfica foi realizada utilizando o portal de periódicos da CAPES. Os termos de busca empregados foram "unidade de conservação", "visitação", "impacto" ou "turismo", com suas respectivas variações em



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

inglês. Para garantir a relevância e atualidade das informações, o estudo fez um recorte temporal que abrangeu publicações dos últimos dez anos.

A seleção dos artigos seguiu critérios, começou pela análise das palavras-chave e dos resumos, com a exclusão de materiais duplicados, assim como daqueles que não guardam relação direta com esta pesquisa. Não foi feita uma delimitação específica quanto à área de conhecimento, mas o foco foi direcionado para estudos que abordassem unidades de conservação de proteção integral, especialmente da categoria de parques, e a prática do turismo ecológico. Como resultado, a primeira busca em português resultou em 17 publicações, enquanto a busca em inglês trouxe mais 7 publicações, totalizando 24 estudos considerados para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação de unidades de conservação tem se mostrado uma política essencial para a preservação dos ecossistemas, especialmente frente ao crescimento urbano-industrial, à degradação ambiental e ao uso desmedido dos recursos naturais. No entanto, essas áreas frequentemente enfrentam pressões diversas, como conflitos relacionados à ocupação do solo e limitações de uso, além da escassez de recursos para sua manutenção. Em muitos casos, essas dificuldades impedem que as unidades cumpram de forma plena seu papel de proteger a biodiversidade (Drummond, Franco, Oliveira, 2016).

Nesse cenário, o turismo ecológico em unidades de conservação tem sido apontado como uma solução para promover a reaproximação entre seres humanos e a natureza, com benefícios tanto para a preservação ambiental quanto para o desenvolvimento econômico local (Irving, 2018). Contudo, para que o turismo em áreas protegidas seja viável, ele precisa atender às exigências de conservação, exigindo um planejamento cuidadoso que alie a proteção dos ecossistemas com o uso controlado por visitantes (Cavalcante et al., 2016; Vallejo, 2013). A seguir, são apresentados os principais desafios e estratégias



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

observadas para viabilizar o ecoturismo em parques, considerando as questões de planejamento territorial e gestão ambiental.

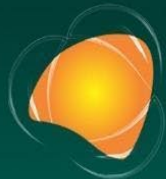
A partir das décadas de 1960 e 1970, com o aumento da conscientização ambiental, houve um crescimento dos empreendimentos turísticos voltados à natureza, muitas vezes denominados erroneamente de ecoturismo. A ausência de suporte teórico gerou uma discussão sobre a necessidade de organizar os diferentes segmentos de turismo, os conceitos e as nomenclaturas (Teles, 2011). Acredita-se que Ceballos-Lascuráin (1987 apud Teles, 2011, p. 20) trouxe uma das primeiras definições formais, a saber:

Ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais – passadas e presentes – nestas áreas encontradas.

Embora a intenção de promover atividades de turismo sustentável esteja presente, ainda há contradições entre as definições e as práticas, que nem sempre se alinham aos princípios ecológicos. O verdadeiro ecoturismo deve observar a responsabilidade ambiental e o uso sustentado dos recursos naturais. Para tanto, é fundamental que o planejamento territorial e ambiental seja implementado com ferramentas de gestão adequadas, como o Plano de Manejo, o zoneamento ambiental e a criação de conselhos consultivos (Cavalcante et al, 2016).

O Plano de Manejo, em especial, é uma ferramenta crucial, pois define as regras para o uso da área, o manejo dos recursos naturais e a infraestrutura necessária. No entanto, muitos parques no Brasil ainda carecem dessa ferramenta essencial. Segundo dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)⁴, 62,2% dos parques criados entre 2000 e 2019 não possuem Plano de Manejo, o que compromete a viabilidade do ecoturismo em várias áreas protegidas (Queiroz, Vallejo, 2017).

⁴ Painel Unidades de Conservação Brasileiras. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 15 set. 2024.



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

Além da ausência de infraestrutura adequada, a falta de gestão eficiente pode agravar os impactos negativos causados pela visitação. Nesse sentido, o modelo de Limite Aceitável de Câmbio (LAC), desenvolvido por Stankey et al. (1985), é uma estratégia eficaz para planejar e monitorar o uso público em áreas naturais protegidas, minimizando os impactos negativos e promovendo a educação ambiental dos visitantes (Vallejo, 2013).

Outra questão central é a carência de recursos humanos e financeiros para a gestão das unidades de conservação. A falta de investimento limita a capacidade de apoio à visitação e exige a criação de alternativas para a sustentabilidade financeira dessas áreas. A participação de diversos atores, como empresas, organizações da sociedade civil e cooperativas comunitárias, tem se mostrado uma solução eficaz para gerar os recursos necessários e assegurar a manutenção e proteção das unidades de conservação (Rodrigues, Godoy, 2013).

Além disso, a atratividade dos parques para o ecoturismo depende de fatores como infraestrutura, comunicação com o mercado turístico, qualidade ambiental e a presença de atrativos regionais. Assim, a gestão eficaz do ecoturismo requer investimentos que garantam uma experiência de qualidade para os visitantes, ao mesmo tempo em que preservam a integridade dos ecossistemas (Santos, Moreira, 2023).

A educação ambiental desempenha um papel central nesse processo. Ela não apenas sensibiliza os visitantes sobre a importância da conservação, mas também fortalece a participação das comunidades locais na gestão das áreas protegidas. Essa prática promove a justiça socioambiental e a equidade, além de contribuir para a mitigação dos impactos do turismo nas unidades de conservação (Queiroz, Vallejo, 2017; Pimentel, Magro, 2014).

Por fim, é importante destacar a interdependência entre os serviços ambientais proporcionados pelos ecossistemas – como controle de enchentes, oferta de água e manutenção de microclimas – e o equilíbrio das comunidades biológicas. Para garantir a sustentabilidade das unidades de conservação, é necessário que essa compreensão esteja presente nas políticas públicas e nas práticas sociais, promovendo um uso consciente e responsável dos recursos naturais (Vallejo, 2009).



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

Assim, a gestão do turismo ecológico em unidades de conservação requer uma abordagem integrada, que vá além do planejamento técnico e inclua a participação ativa das comunidades locais, a educação ambiental e o uso sustentável dos recursos. Os desafios identificados mostram que, embora o ecoturismo possa ser uma ferramenta valiosa para a conservação e o desenvolvimento econômico, sua implementação exige uma articulação eficaz entre políticas públicas, gestão territorial e envolvimento social. A seguir, nas considerações finais, serão destacadas as implicações deste estudo para a prática do ecoturismo e as recomendações para a superação dos principais obstáculos encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reforça a relevância das unidades de conservação, particularmente na categoria de parques, no contexto do turismo ecológico e da conservação ambiental. O ecoturismo, quando bem planejado e gerido, se mostra uma alternativa viável para promover a educação ambiental, gerar renda para as comunidades locais e auxiliar na manutenção das unidades de conservação. No entanto, é evidente que sua implementação enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos financeiros e humanos, além da carência de instrumentos adequados de gestão, como o Plano de Manejo.

A análise dos fatores de planejamento territorial e gestão ambiental revela que, para garantir a viabilidade do ecoturismo em parques, é indispensável que as políticas públicas sejam eficazes e que os instrumentos de gestão estejam plenamente implementados. Ferramentas como o zoneamento ambiental, os estudos de capacidade de carga e a formação de conselhos consultivos são elementos chave para minimizar os impactos negativos da visitação e assegurar que as atividades turísticas sejam compatíveis com os objetivos de conservação.

Adicionalmente, este estudo destaca a necessidade de ampliar o envolvimento das comunidades locais e de fomentar uma cultura de valorização dos serviços ambientais proporcionados pelas unidades de conservação. A educação ambiental, nesse sentido,



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

desempenha um papel central, tanto no engajamento dos visitantes quanto no fortalecimento da gestão compartilhada das áreas protegidas. O uso público dessas áreas, se bem conduzido, pode ser uma poderosa ferramenta de transformação social, promovendo não apenas a preservação do meio ambiente, mas também a justiça socioambiental.

Diante dos resultados discutidos, recomenda-se que futuros esforços sejam direcionados para a consolidação das estratégias de gestão participativa e para a garantia de recursos contínuos para as unidades de conservação. Isso inclui o fortalecimento das parcerias entre governos, sociedade civil e iniciativa privada, a fim de viabilizar as ações de conservação e melhorar a infraestrutura para o ecoturismo. Com uma gestão integrada e consciente, o turismo ecológico tem o potencial de se consolidar como um importante aliado na preservação dos ecossistemas e no desenvolvimento sustentável das regiões protegidas.

AGRADECIMENTOS

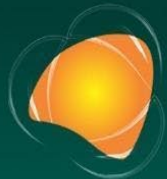
A Universidade do Vale do Rio Doce (Univale), ao Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT) e a CAPES pela bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P.; IADANZA, E. E. S. Unidades de Conservação no Brasil: algumas considerações e desafios. **Revista de Extensão e estudos rurais**, Viçosa, v. 5. n. 1, p. 81-91, jan./jun. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3325>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ANTAS JUNIOR, R. M. **Território e Regulação**: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

BANDUCCI JR., A.; BARRETO, M. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. São Paulo: Papyrus, 2001.



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.989, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 02 dez. 2023.

CAVALCANTE, M. B. et al. As faces do (eco)turismo e o planejamento ambiental nas Unidades de Conservação do Brasil. **Revista de Geociências do Nordeste**, Caicó, v. 2, p. 1259-1268, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10592>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DEAN, W. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Schwarcz, 1996.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2002.

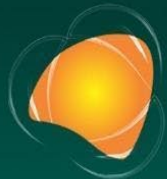
DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (Org.). **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas**. 1ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010, p. 341-385.

FRANCO, J. L.A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. Histórias da Conservação da Natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Revista Historiae**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IRVING, M. A. (Eco)turismo em áreas protegidas? Paradoxos, idiosincrasias e potencialidades no caso brasileiro. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G (Org.). **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2018, p. 215-272

NOGUEIRA, B. et al. Diagnóstico da gestão do uso público no Parque Estadual do Guartelá, Paraná. **Biodiversidade Brasileira**, v. 10, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/1640>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PIMENTAL, D. de S.; MAGRO, T. C. Diferentes dimensões da educação ambiental para a inserção social dos parques. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2014. Disponível em:



EXTREMOS CLIMÁTICOS: **IMPACTOS ATUAIS** E RISCOS FUTUROS

<http://www.periodicos.uff.br/uso_publico>. Acesso em: 16 set. 2024.

QUEIROZ, E. D. de; VALLEJO L. R. Uso público em unidades de conservação – entre o ideal e o real. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2017. Acesso em: <http://www.periodicos.uff.br/uso_publico>. Acesso em: 15 set. 2024.

RODRIGUES, C. G. O; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 28, p. 75-88, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/31280>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SANTOS, C. F. S. dos; MOREIRA, S. M. Explorando os fatores críticos de sucesso que afetam a visitação em unidades de conservação estaduais em Minas Gerais. **Revista Científica do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale de Itajaí**, v. 26, p. 01-18, jan./dez. 2023. Disponível em: <Explorando os fatores críticos de sucesso que afetam a visitação em Unidades de Conservação Estaduais em Minas Gerais | Turismo: Visão e Ação (univali.br)>. Acesso em: 15 mar. 2024.

STANKEY, G. H. et al. **The Limits of Acceptable Change (LAC) System for Wilderness Planning**. Ogden, Utah, 1985.

TELES, R. M. de S. **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de territórios e de políticas públicas. **Geographia**, Niterói/Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 57-78, set. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13433>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói/Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674/16633>. Acesso em: 10 dez. 2023.